

O pensamento dialógico e compreensivo na construção de histórias de vida

Agnaldo José dos Santos¹

RESUMO: O texto discute dois elementos fundamentais para a construção de uma história de vida em jornalismo — a teoria da ação dialógica e o pensamento compreensivo. Vamos trabalhar dois autores, Paulo Freire e Edgar Morin, cujos pensamentos ajudam o jornalista e escritor de histórias de vida a narrar a realidade sob os signos do diálogo e da compreensão. Muitos repórteres ainda não conhecem esses elementos que podem constituir uma história de vida. Por isso, seguem o discurso cartesiano, que privilegia a razão em detrimento da emoção, a relação vertical em vez da relação horizontal, sujeito a sujeito. Isso tem gerado histórias pobres, vazias e reprodutoras da mesmice do factual, presente em muitos setores da mídia. Muitos profissionais estão acomodados com o *lead* e os roteiros pré-elaborados nos computadores, prontos para serem preenchidos por meio do telefone ou internet, na própria redação, sem a imersão na realidade. As propostas de Paulo Freire e Edgar Morin para os narradores da realidade possibilitam o desabrochar de uma história que toca o leitor e transforma o ambiente social do caos no cosmos.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da ação dialógica, pensamento compreensivo, histórias de vida.

O diálogo entre sujeitos na construção de histórias de vida

O educador brasileiro Paulo Freire nasceu no Recife, em Pernambuco, no dia 19 de setembro de 1921 e faleceu em São Paulo no dia 2 de maio de 1997. Dedicou a sua vida à alfabetização dos pobres da América Latina e da África. Suas primeiras experiências foram realizadas em 1963 no Rio Grande do Norte, onde ensinou 300 adultos a ler e a escrever em apenas 45 dias. No ano seguinte, perseguido pelo regime militar, ficou exilado no Chile, onde permaneceu por cinco anos. Partiu depois para os Estados Unidos para lecionar na Universidade Harvard. Na década de 70 mudou-se para a Suíça e tornou-se consultor educacional de diversos governos africanos que viviam na luta pela independência, especialmente Zâmbia, Tanzânia, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Em 1980 retornou ao Brasil e escreveu dois livros, que são fundamentais em sua obra: *Pedagogia da Esperança* (1992) e *À Sombra desta Mangueira* (1995). Lecionou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1989, foi secretário de Educação no município de São Paulo, sob a prefeitura de Luíza Erundina.

Paulo Freire, desde o início de suas atividades de educação, buscou a dialogia como caminho para transformar a realidade social. Os oprimidos tornam-se livres quando aprendem a refletir o seu mundo, a descobrirem-se e conquistarem-se como sujeitos de sua história, não

¹ Mestrando em Comunicação na Contemporaneidade na Faculdade Cásper Líbero (São Paulo-SP) e membro do grupo de pesquisa *Comunicação, jornalismo e epistemologia da compreensão*.

como objetos de espoliação dos seus dominadores. A alfabetização é o aprendizado da escrita da própria vida, é a prática da liberdade. Freire alfabetizava usando um mínimo de palavras, com a máxima polivalência fonêmica, oriundas do próprio ambiente do alfabetizando, tirando-as do seu universo, criticando-as e trazendo-as de volta transformadas e com novo sentido. Essas palavras, chamadas “geradoras”, distanciadas do alfabetizando para que esse possa admirá-las, são decodificadas por ele, reconstituindo a situação vivida. Dessa forma, reencontra-se com os outros de seu mundo comum, surgindo a comunicação e o diálogo, que geram libertação.

A comunicação dialógica é imprescindível para o repórter que deseja escrever uma história de vida que prenda o leitor da primeira à última palavra. Mas, o que é uma história de vida? Sergio Vilas Boas e Edvaldo Pereira Lima, grandes expoentes do Jornalismo Literário no Brasil, definem-na da seguinte maneira:

Expressão que nasceu no contexto das pesquisas qualitativas em Ciências Sociais (sociologia, antropologia, história, psicologia). Essa modalidade dá atenção total ou parcial às narrativas sobre as vidas de indivíduos ou de grupos sociais, visando humanizar um tema, um fato ou uma situação contemporânea. Na sua versão mais abreviada, a história de vida examina episódios específicos da trajetória do protagonista (Vilas Boas, 2003:16-17).

Uma obra “que procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personalidade anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse. No primeiro caso, trata-se, em geral, de uma figura olimpiana. No segundo, a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão” (Lima, 2009:51-52).

A jornalista e pesquisadora Cremilda Medina, ao falar sobre a construção de narrativas da realidade, diz que o jornalista precisa dialogar com a personagem, desarmar-se de tudo o que impede um encontro entre sujeitos. O repórter deve:

Abandonar o conforto das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano. Inverter a relação sujeito-objeto do técnico em informação de atualidade para a relação sujeito-sujeito do mediador social (Medina, 2003:40).

Na teoria da ação dialógica o líder não se chama professor, mas coordenador, cuja função é informar os participantes e dinamizá-los, intervindo o menos possível. O “método de conscientização” de Paulo Freire ensina que o ser humano não se conscientiza sozinho, mas

se unido a outras pessoas. O isolamento da consciência gera a incomunicação. Ao contrário, a abertura ao diálogo faz emergir a comunicação com o mundo, o verdadeiro lugar do encontro, que transpõe as barreiras mais difíceis. O monólogo é a negação do humano. Quem dialoga admira um mesmo mundo, abre-se à infinitude, ultrapassa fronteiras, personaliza.

O jornalista pode aplicar esse conceito ao narrar a história de vida de uma pessoa. Abrindo-se ao outro, essa deixa de ser objeto e passa a ser também sujeito. Muitas vezes o jornalista até dialoga com o seu personagem, mas faz isso impregnado pelo esquematismo. Aplica o modelo mental do *lead* — *quem, o quê, quando, onde, como e por que*, aprendido na faculdade, achando que isso basta para narrar uma história de vida. Cremilda Medina convida o jornalista a “ir ao encontro das vivências cotidianas e colhê-las não com a metodologia explicativa, mas com os afetos e as simpatias da compreensão” (Medina, 2003:57).

Para Paulo Freire, o diálogo ocorre essencialmente pela palavra. Ela abre a consciência para o mundo comum, humanizando o mundo. Isso porque a palavra é lugar de encontro e reconhecimento de si mesmo e dos outros. As palavras, tiradas do mundo do alfabetizando, geram o seu universo vocabular e o seu mundo, norteando o seu comportamento. Conscientizando-se da dignidade da palavra, o alfabetizando abre-se a novos horizontes, reconstruindo criticamente o seu mundo. Por isso quem aprende a ler e a dizer a sua palavra torna-se criador, deixando de ser receptáculo de informações e da ideologia dominante. Do mesmo modo, o jornalista narrador de histórias de vida vai dar voz àquele que não tem voz e rosto ao perdido na multidão. Ao dizer a sua palavra, a personagem vai ser transformada por ela e fecundará o seu ambiente social com novas ideias. O jornalista também não será mais o mesmo depois de narrar uma história de vida onde ocorreu o encontro sujeito-sujeito, pois mergulhará no universo do outro e permitirá que o outro mergulhe no seu universo.

A narração dissertadora e a dialogicidade

Se na construção de uma história de vida o jornalista vê o outro como sujeito, vai vencer o que Paulo Freire chama de “visão bancária da educação”. Freire constatou que nessa visão a relação educador-educandos tem um caráter especial, o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Nela, o educador é agente, sujeito, com a tarefa de “encher” os educandos de conteúdos, retalhos da realidade, desconectados do todo:

Narração de conteúdos que, por isso mesmo, tendem a petrificar-se ou fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito — o narrador — e objetos pacientes, ouvintes — os educandos (Freire, 2008:65).

Como meros ouvintes, não resta aos educandos outra saída senão a memorização mecânica do conteúdo ensinado pelo professor. São alunos “vasilhas” ou “depósitos” abertos ao conteúdo preparado pelo professor. Nesse pensamento e práxis inexistente a comunicação. O que existe são “comunicados”, os quais são recebidos pacientemente pelos educandos, que os memorizam e repetem. A única coisa que o educando deve fazer é receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão — a absolutização da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (Freire, 2008:67).

A educação que considera o educador como sujeito e o educando como objeto, o educador educa e os educandos são educados; o professor sabe e os educandos não sabem; o educador pensa e os educandos são pensados; o educador diz a palavra e os educandos escutam docilmente; o educador disciplina e os educandos são disciplinados; o educador prescreve e os educandos seguem a prescrição; enfim, o chefe manda e os empregados obedecem e cumprem o que foi ensinado.

O educador Paulo Freire defende a dialogicidade como a essência da educação como prática da liberdade. O diálogo possibilita o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. No entanto, para que haja diálogo, é preciso que o educando torne-se sujeito dialógico e tenha condições de poder dizer a sua palavra, deixando de ser receptor de comunicados, mas criador de um novo mundo. Todavia, não há diálogo sem amor aos homens e ao mundo:

Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. (...) O amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico. (...) Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo (Freire, 2008:92).

Para Paulo Freire, o amor é condição fundamental para o diálogo, esse não ocorre onde não há a humildade. Como alguém pode dialogar se vê o outro como arrogante? Poderá haver diálogo onde um se acha o dono da verdade e do saber e o outro um ignorante? É

possível o diálogo sem a fé nos homens? Não! Cremilda Medina propõe a sensibilidade como caminho para a humildade. Ensina-nos o diálogo dos afetos:

Protagonistas anônimos do cotidiano, espelhados nos personagens da arte, tecem a aventura humana da realidade social. Há, nesses enredos do caos da história, gritos e sussurros, violências e farras, sobrevivências e tragédias da exclusão que não cabem numa razão quadriculada pelo rigor do método. É preciso abrir os poros da sensibilidade para que os impulsos afetuosos da não razão abalem a razão arrogante (Medina, 2003:131).

Comunicação, diálogo e afeto

O educador Paulo Freire pensa que onde não existe o amor, a humildade e a fé nos homens, o diálogo será sempre vertical. O diálogo torna-se horizontal onde existe clima de confiança entre sujeitos, em que ambos estão em uma eterna busca para serem mais, onde a comunicação “não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A *com* B, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2008:97). Essa comunicação “com”, que vence o “para” e o “sobre” necessita da afetividade para se tornar mais concreta, pois não existe diálogo em que as pessoas não se deixam “afetar” mutuamente. Para o psiquiatra colombiano Luis Carlos Restrepo o ser humano do novo milênio vive o “analfabetismo afetivo”:

Nós cidadãos ocidentais sofremos uma terrível deformação, um pavoroso empobrecimento histórico que nos levou a um nível jamais conhecido de analfabetismo afetivo. Sabemos do A, do B e do C; sabemos do 1, do 2 e do 8; sabemos somar, multiplicar e dividir, mas nada sabemos de nossa vida afetiva, razão pela qual continuamos exibindo grande entorpecimento em nossas relações com os outros, campo em que qualquer uma das culturas chamadas exóticas ou primitivas nos supera de longe (Restrepo, 2001:19).

Esse ensinamento de Restrepo precisa ser incorporado pelos escritores de histórias de vida. No encontro dialógico com a personagem da história, o jornalista precisa sentir-se afetado por ela. Se isso ocorrer, a história narrada vai retratar realmente a vida como ela é, sem máscaras.

Somos ternos quando abandonamos a arrogância de uma lógica universal e nos sentimos afetados pelo contexto, pelos outros, pela variedade de espécies que nos cercam. Somos ternos quando nos abrimos à linguagem da sensibilidade, captando em nossas vísceras o prazer ou a dor do outro. Somos ternos quando reconhecemos nossos limites e entendemos que a força nasce de compartilhar com os outros o alimento afetivo. Somos ternos quando fomentamos o crescimento da diferença, sem

tentar nivelar aquilo que nos contrasta. Somos ternos quando abandonamos a lógica da guerra, protegendo os nichos afetivos e vitais para que não sejam contaminados pelas exigências de funcionalidade e produtividade a todo transe que pululam no mundo contemporâneo (Restrepo, 2001:84).

O diálogo afetivo entre o repórter e a personagem de uma história de vida ocorre pela imersão. Edvaldo Pereira Lima, pesquisador da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), afirma que a imersão é vital para a compreensão da realidade e que só há uma maneira de um bom repórter aquilatá-la melhor: mergulhando na própria.

O autor precisa partir a campo, ver, sentir, cheirar, apalpar, ouvir os ambientes por onde circulam seus personagens. Precisa interagir com eles. Deve vivenciar parte da experiência de vida que eles vivem. É sua tarefa esforçar-se para vencer suas próprias barreiras e seus condicionamentos de percepção do mundo, alterando seu próprio olhar para o olhar dos seus personagens. (...) Primeiro o autor mergulha no real, vive intensamente, de corpo e alma, a experiência de vida dos personagens. Depois é que se afasta, reflete sobre a vivência, deixa as emoções, as intuições e os pensamentos assentarem-se. E então escreve (Lima, 2009:373).

Histórias de vida e o signo da compreensão

Quando falamos em complexidade e compreensão lembramos imediatamente do pensador francês Morin. Edgar Nahoum (que mais tarde adotará o sobrenome "Morin") nasceu em Paris no dia 8 de julho de 1921. É filho único de um casal de judeus sefarditas (descendentes dos judeus expulsos da península ibérica). Em 1941, Morin aderiu ao pensamento marxista e a Hegel: defendia que o avanço, o progresso e as mudanças ocorrem pelo conflito entre os opostos, com o surgimento de uma síntese que comportaria o essencial de ambos. A partir da década de 50, porém, rompe com a dialética de Hegel e com o pensamento de que a revolução dos trabalhadores vai salvar a humanidade. Passa então a buscar o pensamento dialógico, valorizando as contradições

Intelectual de esquerda, mas dos mais independentes do seu tempo, Morin lançou as bases do pensamento multidisciplinar, da complexidade, já na segunda metade do século XX. O sociólogo francês foi um dos mais veementes críticos das ciências positivistas, abrindo caminho para a pluralidade e a harmonia do mundo e da vida. Seu pensamento é fundamental para repórteres que narram histórias de vida.

Morin rompeu com o pensamento moderno, representado por Descartes, Galileu, Kepler, Newton e outros, não desvalorizando a razão, mas distanciando-se dos perigos do racionalismo.² Esse paradigma cartesiano e do Ocidente, formulado por Descartes e imposto pelo desdobramento da história europeia a partir do século XVII separa sujeito e objeto, alma e corpo, espírito e matéria, qualidade e quantidade, finalidade e causalidade, sentimento e razão, liberdade e determinismo, existência e essência. Contra essa dicotomia, Morin propõe a complexidade:

O pensamento pertinente deve enfrentar a complexidade. *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo — como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico — e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e o seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (Morin, 2002:38).

Edgar Morin defende também que o século XXI deve abandonar a visão unilateral que define o ser humano pela racionalidade (*homo sapiens*), pela técnica (*homo faber*), pelas atividades utilitárias (*homo economicus*), pelas necessidades obrigatórias (*homo prosaicus*). O ser humano é complexo e traz em si, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas: *sapiens* e *demens* (sábio e louco), *faber* e *ludens* (trabalhador e lúdico), *empiricus* e *imaginarius* (empírico e imaginário), *economicus* e *consumans* (econômico e consumista), *prosaicus* e *poeticus* (prosaico e poético). Ensina a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. Compreensão que

Significa intelectualmente apreender em conjunto, *comprehendere*, abraçar junto — o texto e seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno. (...) Esta comporta um conhecimento de sujeito a sujeito. (...) O outro não é apenas percebido objetivamente, é percebido como outro sujeito com o qual nos identificamos e que identificamos conosco, o *ego alter* que se torna *alter ego*. Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade (Morin, 2002:94-95).

² O racionalismo considera a razão como essência do real, tanto natural quanto histórico. Sustenta a primazia da razão, da capacidade de pensar, de raciocinar, em relação ao sentimento, à vontade e às emoções.

O jornalista, ao elaborar uma história de vida, ao entrar em contato direto com o seu personagem e o seu mundo, precisa ter consciência de que está diante do cosmo naquele pequeno universo pessoal:

O ser humano é ao mesmo tempo singular e múltiplo. Dissemos que todo ser humano, tal como o ponto de um holograma, traz em si o cosmo. Devemos ver também que todo ser, mesmo aquele fechado na mais banal das vidas, constitui ele próprio um cosmo. Traz em si multiplicidades interiores, personalidades virtuais, uma infinidade de personagens quiméricos, uma polixistência, no real e no imaginário, no sono e na vigília, na obediência e na transgressão, no ostensivo e no secreto, balbucios embrionários em suas cavidades e profundezas insondáveis. Cada qual contém em si galáxias de sonhos e de fantasmas, impulsos de desejos e amores insatisfeitos, abismos de desgraça, imensidões de indiferença gélida, queimações de astro em fogo, acessos de ódio, desregramentos, lampejos de lucidez, tormentos dementes... (Morin, 2002:57-58).

O olhar insubordinado

Exemplo de repórter que pratica o diálogo e a compreensão, propostos por Freire e Morin, na construção de suas histórias de vida é a gaúcha Eliane Brum, vencedora do *Prêmio Jabuti de Livro Reportagem* em 2007 com *A vida que ninguém vê*. Ver o que os olhos da maioria dos meios de comunicação não querem ver, por estarem ofuscados pela ditadura do mercado, exige a ruptura de preconceitos, vaidade e soberba. Se o jornalista não exercita a pequenez, desce do pedestal e calça as botas para pisar na lama, não vê o mundo e as pessoas com o olhar insubordinado.

Sempre gostei das histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. O oposto, portanto, do jornalismo clássico. Usando o clichê da reportagem, eu sempre me interessei mais pelo cachorro que morde o homem do que pelo homem que morde o cachorro — embora ache que essa seria uma história e tanto. O que esse olhar desvela é que o ordinário da vida é extraordinário. E o que a rotina faz com a gente é encobrir essa verdade, fazendo com que o milagre do que cada vida é se torne banal. Esse é o encanto de *A vida que ninguém vê*: contar os dramas anônimos como os épicos que são, como se cada Zé fosse um Ulisses, não por favor ou exercício da escrita, mas porque cada Zé é um Ulisses. E cada pequena vida uma *Odisséia* (Brum, 2006:187).

Para Eliane Brum, é preciso olhar a própria vida com generosidade, curvar o pescoço e colocar os olhos no mesmo plano dos olhos das pessoas. Dessa posição de igualdade pode-se

enxergá-las. Muitos repórteres escrevem os seus textos no conforto das cadeiras da redação. A mediação se dá pelo telefone, MSN, e-mail ou outro recurso da internet. Olhar a vida do outro pela tela do computador é olhar o óbvio, o que todo mundo vê. Muitos jornalistas se acostumaram com o mais fácil, com a rotina acelerada das redações e transformaram-se em compiladores de monólogos,

A um aplicador de aspas em série. Especialmente se só pode contar com palavras transmitidas por telefone ou por e-mail. Fulano disse, sicrano afirmou. A vida é bem melhor do que isso. O dito é, muitas vezes, tão importante quanto o não dito, o que o entrevistado deixa de dizer, o que omite. É preciso calar para ser capaz de escutar o silêncio. Olhar significa sentir o cheiro, tocar as diferentes texturas, perceber os gestos, as hesitações, os detalhes, apreender as outras expressões do que somos. Metade (talvez menos) de uma reportagem é o dito, a outra metade o percebido. Olhar é um ato de silêncio (Brum, 2006:191).

Exemplo de texto escrito por meio da internet foi publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no caderno *Aliás*, no dia 11 de janeiro de 2009. Uma entrevista de Mônica Manir com o autor de telenovelas e minisséries, Manoel Carlos, com o título *Maneco@viveravida*. Eis um trecho:

Na sua primeira entrevista pelo MSN, ele solta o verbo durante 4 horas.

Mônica diz:

— *Oi, Maneco. Tudo certo por aí?*

Manoel Carlos — Rio diz:

— *Tudo bem. Meu filho está aqui perto, mas não sei se por muito tempo. É a primeira vez que uso isto. Pode começar, se quiser.*

E assim se apresentaram as partes nessa entrevista dos tempos instantâneos, pelo MSN, em que até o telefone perdeu a vez. A ligeira dificuldade auditiva de Manoel Carlos foi o argumento para recorrer ao Messenger, mas vem de longe a implicância dele com a maquininha de Graham Bell. Maneco disse certa vez que, quando trocava de número, colocava uma carta no correio avisando os amigos sobre a mudança. Telefone seria apenas para emergências emergenciais, e a palavra impressa, pau-para-toda-obra, inclusive na versão cursiva (Manir, 2009:J6).

Mônica Manir apresenta as razões de a entrevista ter sido feita pela internet, “a ligeira dificuldade auditiva de Manoel Carlos”. Mas essa técnica de captação de informações é fria e

insossa. É preciso olhar nos olhos, tornar-se um só coração com o entrevistado, como explica Eliane Brum:

Se estivermos realmente decididos a enxergar não sabemos o que vamos ver. Quando saio da redação, tenho uma ideia de para onde devo olhar e o que pretendo buscar, mas é uma ideia aberta, suficiente apenas para partir. Tenho pena dos repórteres das teses prontas, que saem não com blocos, mas com planilhas para preencher aspas predeterminedas. Donos apenas da ilusão de que a vida pode ser domesticada, classificada e encaixotada em parágrafos seguros. Tudo o que somos de melhor é resultado do espanto. Como prescindir da possibilidade de se espantar? O melhor de ir para a rua espiar o mundo é que não sabemos o que vamos encontrar. Essa é a graça maior de ser repórter. Essa é a graça maior de ser gente (Brum, 2006:193).

Vejamos o primeiro parágrafo de um texto seu, *Enterro de pobre*, publicado no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre no dia 26 de junho de 1999 e que está no livro *A vida que ninguém vê*, exemplo do que a repórter disse acima:

Não há nada mais triste do que enterro de pobre. Porque o pobre começa a ser enterrado em vida. Quem diz é Antonio, um homem esculpido pelo barro de uma humildade mais antiga do que ele. Um homem que tem vergonha até de falar e, quando fala, teme falar alto demais. E quando levanta os olhos, tem medo de ofender o rosto do patrão apenas pela ousadia de erguê-los. Quem diz é Antonio Antunes. Ele acabara de sepultar o caixão do filho cujo rosto desconhece. O bebê de 960 gramas que morreu ainda no ventre da mãe. Antonio quis espiar a face do filho por um momento, mas a funcionária que foi buscar a criança na geladeira não deixou. Antonio tinha comprado uma roupinha de sete reais no centro de Porto Alegre para que o filho não fosse sepultado nu como um rebento de bicho. Mas não pôde vesti-lo. Restou a Antonio o caixãozinho branco que ninou nos braços até a cova número 2026 do Campo Santo do Cemitério da Santa Casa (Brum, 2006:36).

Eis um texto profundo, que informa, porém faz muito mais que isso: emociona, conscientiza, revela a vida que está por trás do acontecimento. Antonio Antunes representa milhões de Antonios, não só do Rio Grande do Sul, mas do mundo.

Eliane Brum e tantos outros repórteres romperam com o paradigma cartesiano, com o racionalismo e as fórmulas prontas. Por isso, tornaram-se compreensivos e dialógicos, inspiradores de novos jornalistas que querem vencer o olhar míope do cotidiano. Quando se elimina a “catarrata” dos olhos, vê-se a vida como ela é e escreve histórias de vida que tocam a alma dos leitores, até a dos que têm um coração de pedra.

Referências bibliográficas

- FREIRE, Paulo (2008). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- MEDINA, Cremilda (2003). *A arte de tecer o presente*. São Paulo: Summus Editorial.
- RESTREPO, Luis Carlos (2001). *O direito à ternura*. Petrópolis: Editora Vozes.
- VILAS BOAS, Sergio. *Perfis e como escrevê-los*. São Paulo: Summus Editorial.
- LIMA, Edvaldo Pereira (2008). *Páginas ampliadas*. São Paulo: Manole: 2009.
- MORIN, Edgar (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez Editora.
- MANIR, Mônica. *Maneco@viveravida. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2009. Caderno *Aliás*, p. J6.
- BRUM, Eliane (2006). *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.